

JOÃO PAULO CASTIGLIONI HELAL
Mestre em Direito, Estado e Cidadania pela UGF/RJ;
Pós-graduado pela Escola na Magistratura do Estado do Espírito Santo -
EMES; Pós-graduado *lato sensu* em Direito do Estado pela UGF/RJ;
Advogado.

Controle da Constitucionalidade

Teoria e Evolução

Curitiba

Juruá Editora
2006

**342.4(81)
H474c**



H474

Helal, João Paulo Castiglioni.

Controle da constitucionalidade: teoria e evolução./ João Paulo Castiglioni Helal./ Curitiba: Juruá, 2006.

304p.

1. Direito Constitucional. 2. Constitucionalidade. I. Título.

CDD 342(22.ed)

ISBN: 85-362-1180-6

342.4(81)
H474c



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	33
1 INTRODUÇÃO	35
2 O PROCESSO DE POSITIVAÇÃO DO DIREITO, SUA CONCRETIZAÇÃO E A IDÉIA DE INCONSTITUCIONALIDADE	39
2.1 Conceito de Constituição	46
2.1.1 Sentido sociológico	52
2.1.2 Sentido político	53
2.1.3 Sentido jurídico	56
2.2 A rigidez constitucional	59
2.3 Espécies de inconstitucionalidade	61
2.3.1 Formal ou material	61
2.3.2 Total ou parcial	63
2.3.3 Por ação ou omissão	64
2.3.4 Originária ou superveniente	64
2.3.5 Antecedente ou conseqüente	65
2.3.6 Direta ou indireta	67
3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE INTERPRETAÇÃO	69
3.1 Princípio da supremacia da Constituição	69
3.2 Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público	76
3.3 Princípio da interpretação conforme à Constituição	79
3.3.1 Interpretação conforme sem redução do texto, concedendo à norma uma interpretação	84
3.3.2 Interpretação conforme sem redução do texto, excluindo da norma uma interpretação	86
3.3.3 Interpretação conforme com redução de texto	88
3.4 Princípio da unidade da Constituição	88
3.5 Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade	90
3.6 Princípio da concordância prática ou da harmonização	93
3.7 Princípio da força normativa da Constituição	93
3.8 Princípio da máxima efetividade ou da eficiência	95
3.9 Princípio do efeito integrador	96
3.10 Princípio da justeza ou da conformidade funcional	97
4 OS SISTEMAS DE CONTROLE	99
4.1 Origens dos controles difuso e concentrado	99
4.1.1 O caso americano William Marbury contra James Madison: a origem do controle difuso	99

342.4(81)
H474c



4.1.2 A ingerência de Hans Kelsen na Constituição austríaca de 1920: a criação do controle concentrado	108
4.2 Conceito e finalidade	110
4.3 Requisitos	111
4.3.1 Formais	111
4.3.1.1 Subjetivos	111
4.3.1.2 Objetivos	112
4.3.2 Materiais	112
4.4 Modelos clássicos de controle da constitucionalidade das leis	113
4.4.1 Modelo norte-americano	113
4.4.2 Modelo austríaco	115
4.4.3 Modelo francês	117
4.5 Modelo inglês de ausência de controle	119
4.6 Classificação	120
4.6.1 Quanto ao comenos da intervenção (realização)	120
4.6.1.1 Preventivo	121
4.6.1.2 Repressivo	121
4.6.2 Quanto à natureza do órgão incumbido (controlador)	122
4.6.2.1 Jurisdicional	122
4.6.2.2 Político	123
4.6.2.3 Misto	124
4.6.3 Quanto ao órgão que o exerce	124
4.6.3.1 Difuso	124
4.6.3.2 Concentrado	127
4.6.3.3 Misto	128
4.6.4 Quanto à forma ou ao modo	128
4.6.4.1 Pela via incidental	128
4.6.4.2 Pela via principal	129
4.7 Efeitos	130
4.8 O bloco de constitucionalidade e a prejudicialidade acarretada ao controle abstrato da constitucionalidade	143
 5 O CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO	 151
5.1 Evolução nas Constituições brasileiras e nas demais legislações	151
5.1.1 Constituição Política do Império do Brasil de 1824	151
5.1.2 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	156
5.1.3 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	161



5.1.4 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937	166
5.1.5 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946	171
5.1.6 Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e Emenda Constitucional 01 de 1969	178
5.1.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	184
5.2 O controle preventivo	190
5.2.1 Realizado pelo Poder Legislativo: as comissões de constituição e justiça	191
5.2.2 Realizado pelo Poder Executivo: o veto jurídico	192
5.2.3 Realizado pelo Poder Judiciário: direito-função do parlamentar	194
5.3 O controle repressivo	199
5.3.1 Realizado pelo Poder Legislativo	200
5.3.1.1 Sustação de ato normativo pelo Congresso Nacional	200
5.3.1.2 Rejeição de medida provisória pelo Congresso Nacional	201
5.3.2 O controle concentrado ou abstrato	202
5.3.2.1 Origem	203
5.3.2.2 Competência	204
5.3.2.3 Legitimidade	204
5.3.2.4 Procedimento	210
5.3.2.5 Análise perfunctória dos meios de invocação	216
5.3.2.5.1 A ação direta de inconstitucionalidade	217
5.3.2.5.2 A ação direta interventiva	228
5.3.2.5.3 A ação de inconstitucionalidade por omissão	232
5.3.2.5.4 A ação declaratória de constitucionalidade	239
5.3.3 O controle difuso ou concreto	245
5.3.3.1 Origem	247
5.3.3.2 Competência	248
5.3.3.3 Legitimidade	251
5.3.3.4 Procedimento	252
5.3.3.5 A atuação do Senado Federal	255
5.3.3.6 O controle em sede de ação civil pública	259
5.4 Breves considerações acerca da arguição de descumprimento de preceito fundamental	261
6 CONCLUSÃO	271
REFERÊNCIAS	279
ÍNDICE ALFABÉTICO	295

342.4(81)
H474c

